



Quarta-Feira, 06 de Dezembro de 2017 - 12:36 (Saude)

CENTRO DE MEDICINA TROPICAL DE RONDÔNIA REDUZ EM 83,3% CUSTOS COM SEGREGAÇÃO DE RESÍDUOS INFECTANTES

O lixo baixou para 0,93 Kg/leito/dia em 2016. Em 2010 produziu-se 151,8 mil Kg; em 2016 o volume total caiu para 33,3 mil.

O Centro de Medicina Tropical de Rondônia (Cemetron) conseguiu economizar R\$ 11,6 milhões em cinco anos (2011-2016), reduzindo em 83,3% os custos com a correta segregação de resíduos sólidos infectantes, o lixo hospitalar.

Caso não houvesse gerenciamento de resíduos, o governo estadual desembolsaria R\$ 13,9 milhões, tomando-se em média a produção de 5,5 quilos por leito, que aumentaram de 76 para 99 nesse período.



O lixo baixou para 0,93 Kg/leito/dia em 2016. Em 2010 produziu-se 151,8 mil Kg; em 2016 o volume total caiu para 33,3 mil.

“A queda é acentuada, mesmo com o aumento de 30,2% no número de leitos ao longo de seis anos”, considerou hoje (24) a coordenadora do Núcleo de Gestão Ambiental do Cemetrôn, Márcia Abrantes Alves.

Para a gestora ambiental, essa realidade já desperta autoridades governamentais e da saúde pública, “até mesmo a classe política”, para a chamada sustentabilidade ambiental hospitalar. “São medidas preventivas em saúde”, ela avaliou.

Segundo Márcia Abrantes, em 2010, quando não havia gerenciamento de resíduos, o total anual de resíduos infectantes gerados foi de 151,8 mil kg, custando aos cofres públicos R\$ 1,06 milhão.

Em 2011, com o vigoramento do Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS), o Cemetrôn investiu R\$ 1,38 milhão na redução desses custos, obtendo a queda de 79,55% dos resíduos. No ano passado, a segregação de 33,2 mil Kg de resíduos custou R\$ 481,8 mil.

TREINAMENTO NO INTERIOR

Ariquemes, Cacoal, Rolim de Moura e Vilhena reuniram este ao seus secretários, responsáveis por unidades de vigilância, e conselheiros municipais de saúde para a capacitação denominada educação continuada.

Segundo a coordenadora, desde o início do PGRS o Cemetrôn divulga as resoluções 306 (da Agência Nacional de Vigilância em Saúde) e 358 (do Conselho Nacional do Meio Ambiente) e 304 (Anvisa).

“Colaboramos com a Agevisa (Agência Estadual de Vigilância em Saúde) e o nosso trabalho tem demonstrado a importância do plano aos secretários municipais”, comentou.

Ela acredita que o diferencial de sucesso está no fato de o Cemetrôn ter ativado o seu núcleo de gerenciamento em 2011. “Na condição de gestora ambiental habilitada, isso é motivo de honra”, observou Márcia.